



ACAFE EM AÇÃO

1º SEMESTRE 2021





ACAFE EM AÇÃO

1º SEMESTRE 2021

editora
unoesc



PRESIDENTE

Reitor Aristides Cimadon
Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

VICE-PRESIDENTE

Reitora Luciane Bisognin Ceretta
Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc

REITORES IES ACAFE

Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

Aristides Cimadon

Universidade do Contestado (Unc)

Solange S. Sprandel Da Silva

Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac)

Kaio Henrique Coelho Amarante

Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)

Luciane Bisognin Ceretta

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp)

Anderson A. Mattos Martins

Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

Valdir Cechinel Filho

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

Diogo Richartz Benke

Centro Universitário Barriga Verde (Unibave)

Guilherme Valente De Souza

Universidade da Região de Joinville (Univille)

Alexandre Cidral

Universidade Regional de Blumenau (Furb)

Marcia C. Sardá Espíndola

Centro Universitário de Brusque (Unifebe)

Rosemari Glatz

Centro Universitário Municipal de São José (Ucj)

Renato Brittes

Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

Dilmar Baretta

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi)

Alcir Texeira

A Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

Cláudio Alcides Jacoski

PESQUISADORES

Adriano Rodrigues
Adilson Oliveira
Márcio Antônio Fiori

EDITORA UNOESC

Coordenação: Tiago de Matia
Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Bianca Regina Paganini
Projeto Gráfico e capa: Saimon Vasconcellos Guedes
Diagramação: Saimon Vasconcellos Guedes

SUMÁRIO

A ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO COMUNITÁRIAS	7
AS COMUNITÁRIAS NO BRASIL	11
AS COMUNITÁRIAS EM SANTA CATARINA – ACAFE	17
A IMPORTÂNCIA DAS FAMÍLIAS	23
A FORÇA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS	27
IES COMUNITÁRIA COMO UM CAPITAL SOCIAL REGIONAL	31
IMPACTO DAS COMUNITÁRIAS COM SEU ENSINO VOCACIONADO	35
A FINALIDADE PÚBLICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS	39
COMUNITÁRIAS COMO COMPLEMENTARIDADE ÀS IES PÚBLICAS	43
TECNOLOGIAS COMO RELEVÂNCIA ECONÔMICA	47
PESQUISA COMO RELEVÂNCIA CIENTÍFICA	51
AS AÇÕES SOCIAIS DAS IES COMUNITÁRIAS.....	59
UMA LEGISLAÇÃO COM OS IDEAIS COMUNITÁRIOS.....	65
COMUNITÁRIAS E UNIEDU: UMA ESTRATÉGIA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA.....	69

APRESENTAÇÃO

As Instituições de educação superior que compõem a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) representam um patrimônio intelectual do Estado catarinense e são responsáveis, seguramente, pelo desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural do nosso Estado, por meio da educação de excelência. Tais Instituições transcendem o ensino de Graduação, e convergem suas ações também para a pesquisa, a Pós-graduação, a extensão e a inovação, além da prestação de serviços. Este relato apresenta a síntese das ações dessas Instituições que atuam de modo integrado, consolidando a missão que as formou há mais de 50 anos, e que oferecem mais que uma formação acadêmica, promovendo o desenvolvimento para as regiões em que estão sediadas.

A Acafe é referência no Brasil por sua trajetória sedimentada com muito esforço coletivo para conquistar o reconhecimento como Instituições Comunitárias, uma realidade que se tornou possível a partir do apoio das forças políticas. Em 12 de novembro de 2013, com a sanção da Lei n. 12.881 que prescreveu em seu texto a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das IES comunitárias, foram reconhecidas como Instituições Comunitárias de Educação Superior.

Um dos elementos presentes, que dá característica marcante às Instituições do Sistema Acafe, é a qualidade do ensino e dos serviços que oferecem. Plenamente consolidadas, frequentemente figuram muito bem avaliadas no ranking nacional e internacional de diversos segmentos relacionados à ciência, educação, pesquisa e inovação. Outra marca importante é o envolvimento com o seu entorno. Essas características que, independentemente dos orçamentos que sustentam as Instituições, caracterizam-nas como públicas, porque não têm donos e pertencem às suas comunidades.

Nestes tempos de pandemia, as Instituições Comunitárias ofertaram soluções diversas a toda a sociedade e sem temor, reorganizaram-se e deram sequência as suas atividades de modo remoto ou híbrido, ofertando o melhor do ensino superior catarinense. E é preciso ir além. Diante dos novos cenários, movimentos, tecnologias, modos de ensinar e aprender, é importante olhar para traz e, na inspiração daquela época, repensar a missão, renovar os ânimos, adequar as rotas e seguir os grandes rumos mirados por aquela iniciativa. Precisamos renovar nossa Acafe e rejuvenescer nossa unidade para, juntos, sermos um grande instrumento de desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina e, sobretudo, para sua gente em todas as regiões onde as Instituições atuam.

Diante disso, este documento servirá, inclusive, de apoio a diversos segmentos da sociedade, para tomada de decisões na área do planejamento local e do desenvolvimento.

Reitor Aristides Cimadon
Presidente da Acafe

Reitora Luciane Bisognin Ceretta
Vice-presidente da Acafe.





A ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO COMUNITÁRIAS

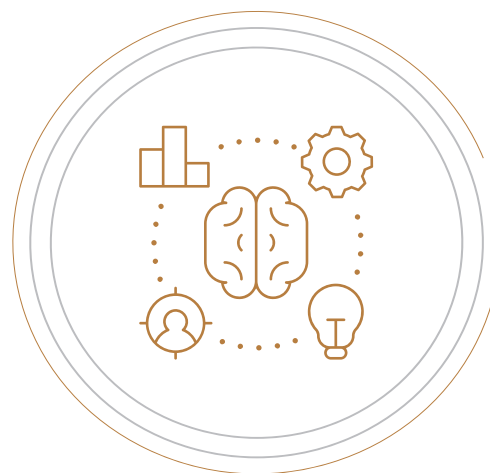
Desde os seus primórdios, a espécie humana sempre enfrentou e superou todos os desafios de sobrevivência impostos pelos diversos ambientes terrestres. Entretanto, apesar dos seus diferenciais físicos e cognitivos, grande parte do sucesso do homo sapiens se deve a três fundamentos sociais: lealdade de grupo, divisão de tarefas e transferência de conhecimentos. Esse último fundamento é o mais complexo e o mais importante para a preservação e o desenvolvimento de uma sociedade próspera, pois dele resulta a preservação das riquezas culturais e a produção de tecnologias relevantes.



Os antigos grupos humanos que trabalharam bem os registros e as transferências de conhecimentos, historicamente, tornam-se as nações com altos graus de desenvolvimento socioeconômico. Um bom exemplo disso foram as escolas de escribas no mundo antigo, as quais evidenciaram que a estruturação de sistemas de educação e ensino promovem grandes aperfeiçoamentos a partir da capacitação de recursos humanos. Desde então, é patente que as nações desenvolvidas buscam desenvolver e aperfeiçoar os seus modelos de compartilhamento e difusão dos conhecimentos entre seus cidadãos, de forma a se tornarem mais competitivas.



Modernamente não faltam registros de iniciativas e de experiências na busca de uma gestão efetiva dos conhecimentos humanos, porém os modelos das instituições comunitárias de ensino superior e das filantrópicas norte-americanas são as melhores referências mundiais dos últimos séculos. Os Community Colleges compõem atualmente mais de 1.200 instituições distribuídas em todos os Estados Unidos, e as suas universidades filantrópicas – Harvard, Stanford e Johns Hopkins – são reconhecidas internacionalmente.



Vale destacar que no Brasil a diferença entre uma instituição comunitária e uma filantrópica está na natureza jurídica da sua mantenedora, mas os princípios de ambas são os mesmos:



Destacadamente, os *Community Colleges* (faculdades comunitárias) possuem em sua proposta uma oferta de cursos e currículos mais vocacionados, ou seja, alinhados com as demandas das regiões onde estão inseridos. Nesse aspecto, o modelo comunitário permite melhor capilarização institucional e melhor difusão dos conhecimentos, ao mesmo tempo que preserva as culturas locais, valoriza os recursos disponíveis e oferece uma oportunidade econômica para qualquer indivíduo.

Além dos princípios do ensino comunitário já destacados, outro grande diferencial do modelo comunitário é o desenvolvimento do sentimento de pertencimento nos seus cidadãos e estudantes. Isso acontece, pois a estrutura e a organização das instituições comunitárias nascem das necessidades locais e têm nas famílias a principal unidade de referência e o mais importante dos agentes econômicos. Dessa forma, a estratégia dessas instituições é ofertar cursos e currículos elaborados para que o capital humano permaneça na região e agregue valores aos produtos e empresas locais, ou seja, que ele contribua para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) e participe como agente permanente e ativo nas políticas públicas da sua região.



ORDEM E PROGRESSO



AS COMUNITÁRIAS NO BRASIL

O Brasil é um país muito importante geopoliticamente, pois conta com a 6ª população mundial, é o 5º em extensão territorial e é a 12ª economia mundial. Portanto, é fundamental que a nação tenha um sistema de ensino capilarizado, capaz de atender a toda a sua diversidade cultural e permitir que as orientações estratégicas, de amplitudes nacionais, cheguem às localidades mais distantes. Nesse sentido, a difusão de instituições comunitárias é fundamental, pois, por serem entidades criadas pelas demandas regionais e, essencialmente, sem fins lucrativos, podem dispor de recursos governamentais públicos e, assim, complementar as ações governamentais de longo alcance, como já ocorre atualmente em Santa Catarina.

Em um país continental como o Brasil, desde meados dos anos 1950, políticos brasileiros perceberam a importância do fortalecimento de um espírito comunitário, integrado à necessidade de preservação da identidade nacional. Assim, sob uma perspectiva mais ampla das instituições de ensino, esses homens virtuosos contemplaram as suas visões e determinações na Constituição de 1988 em cujo Artigo 213º consta o seguinte texto:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

- I. comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- II. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

Nesse artigo constitucional, os legisladores brasileiros declararam o seu reconhecimento ao modelo de ensino comunitário, demonstraram a sua finalidade pública e destacaram sua importância para o povo brasileiro.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 10 anos após a promulgação da Constituição brasileira, trouxe outras contribuições para o ensino comunitário brasileiro. A partir do Decreto nº 2.306, de 1997, no seu Artigo 3º, consolidou-se o aspecto da natureza pública dessas instituições:

“as entidades mantenedoras de instituições privadas de ensino superior, comunitárias, confessionais e filantrópicas ou constituídas como fundações, não poderão ter finalidade lucrativa.”

Dessa forma, a legislação federal definiu as comunitárias como instituições públicas não estatais, permitindo criar diferenças fundamentais em relação às outras categorias de organizações de ensino superior, principalmente as privadas. Portanto, legalmente, a natureza das instituições de ensino comunitárias, não lucrativas, é: públicas não estatais e comunitárias.

Continuando esse movimento, após a revogação do Decreto nº 2.306, supracitado, em 12 de novembro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.881, a qual dispõe exclusivamente sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Instituições de Ensino Superior Comunitárias. Com a aprovação da Lei das Comunitárias, essas instituições tiveram as suas relevâncias definitivamente reconhecidas e passaram a ter novas perspectivas no País. A seguir está em destaque o 1º Artigo da Lei da Comunitárias:



LEI DAS COMUNITÁRIAS

Art. 1º As Instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

- I. estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público;
- II. patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;
- III. sem fins lucrativos, assim entendidos as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a. não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
 - b. aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
 - c. mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior Comunitárias, por meio de suas ações e interação com a sociedade, podem ser vistas como uma ampliação dos espaços públicos, nos quais, por meio da disseminação da arte, do esporte, da ciência e da tecnologia, permitem desenvolver, difundir e multiplicar as melhores políticas públicas municipais, estaduais e federais.



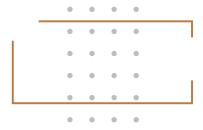


17 DE
NOVENBRO
DE 1889

ESTADO DE STA. CATARINA



**AS
COMUNITÁRIAS
EM SANTA
CATARINA
ACAFE**



O Estado de Santa Catarina não contava com nenhuma instituição de ensino superior até meados de 1950. Naquela época, mesmo as famílias mais abastadas precisavam enviar seus filhos para estudar em outros estados da Federação. Então, a partir do Seminário Socioeconômico promovido pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), com a colaboração da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), em 1961 surgiu o Plano de Metas do Governo Estadual (Plameg) (Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961), cujos objetivos apresentados em seu Artigo 1º eram: “[...] execução, aperfeiçoamento e autorização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.” Nesse Plano estavam contempladas três grandes metas: o Homem, o Meio e a Expansão Econômica, sendo a primeira destinada à melhoria das condições de vida da população. Assim, o setor de Educação e Cultura foi considerado prioritário e recebeu 11,6% de todo o investimento do Plano até 1965.

A formação de recursos humanos foi tão evidenciada no Plameg que uma das primeiras ações resultantes foi a promulgação da Lei nº 2.975, em dezembro de 1961, com a criação do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), o qual teve participação decisiva no desenvolvimento da educação superior no estado nos anos seguintes. Diante desse conjunto de ações, os municípios foram motivados e tiveram a iniciativa de criar as suas fundações educacionais e atender às demandas reprimidas da interiorização do ensino superior em Santa Catarina. Esse movimento resultou na criação de 19 fundações municipais, nas décadas de 1960 e 1970, das quais 15 estão em atividade até os dias de hoje.

Em 1974, com o sucesso das fundações municipais pelo Estado e após a consolidação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), foi criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), idealizada para integrar as fundações mantenedoras municipais e estadual em busca de um sistema de ensino superior robusto, capilarizado e de qualidade. Dessa forma, todas as faculdades, centros universitários e universidades associadas à Acafe compartilham, em sua essência, o compromisso do desenvolvimento regional, a finalidade pública e a oferta de ensino superior de qualidade.



Depois de passados 60 anos da primeira iniciativa, as instituições comunitárias catarinenses ainda preservam vínculos com suas regiões de origem. Por meio do ensino superior, das pesquisas científicas e também das inúmeras ações sociais, elas promovem a melhoria constante da qualidade de vida da população e estimulam o desenvolvimento econômico regional. Atualmente, além dos mais de 140 mil alunos matriculados nas graduações, todas as instituições realizam diversos projetos de pesquisa e oferecem muitos serviços às suas comunidades.

Na área da educação pública, oferecem acesso às bibliotecas, além de formação para professores de escolas de ensino infantil, fundamental e médio. Na área da saúde, realizam projetos dedicados a hospitais públicos, centros clínicos, farmácias-escolas e postos de saúde municipais, além das ações com suas clínicas integradas e hospitais em seus campi. No campo social, muitos trabalhos têm sido realizados com associações beneficentes e cooperativas municipais.



No campo da gestão pública, as Instituições de Ensino Superior Comunitárias (IES Comunitárias) têm realizado diversos trabalhos de apoio aos planejamentos urbanos e de governo dos municípios da sua região. Na área ambiental, têm realizado projetos que contribuem com o mapeamento e o monitoramento das áreas ambientais, com projetos de uso e de conservação dos espaços e com o planejamento de novas ações ambientais. Na área jurídica, as IES Comunitárias têm projetos junto aos Ministérios Públicos, Fóruns e Defensorias Públicas regionais, com o atendimento das famílias da região em suas instalações.



Diante das diferentes ações promovidas pelas IES, o modelo de ensino superior comunitário catarinense é uma combinação dos modelos de Community Colleges e universitário filantrópico norte-americano. Porém, apesar da sua juventude e adaptação, fica evidente que as comunitárias nacionais, em especial as catarinenses, nasceram dos mesmos ideais e propósitos que guiaram as primeiras faculdades americanas nos anos de 1630, são eles:



Criar oportunidades para formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos locais.



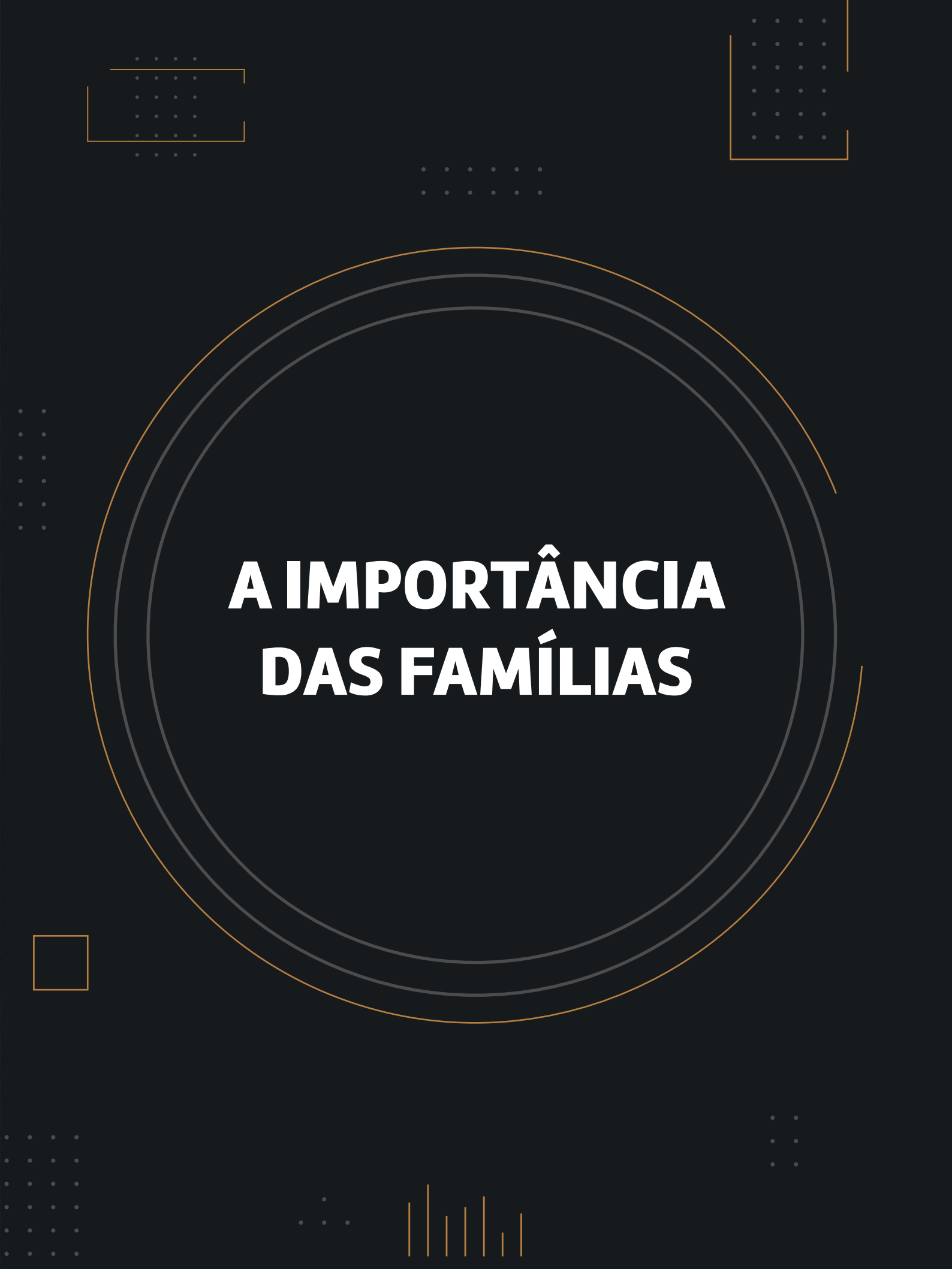
Fixar seus cidadãos nas suas regiões, próximos às famílias.



Promover o desenvolvimento socioeconômico regional e sustentável.







A IMPORTÂNCIA DAS FAMÍLIAS



Contemporaneamente, já se reconhece que o grande sucesso da experiência humana no Planeta é o resultado de uma construção social. Nesse contexto, a manutenção de uma cultura, o bem-estar social e a sustentação econômica de um grupo estão diretamente associados à eficácia dos sistemas de educação e de ensino. Sob essa perspectiva, é cada vez mais evidente que os sistemas de formação dos indivíduos, a educação e o ensino devem ser tratados como estratégias públicas.

Embora sejam tratados como sinônimos, a educação e o ensino possuem aspectos socialmente diferentes, e isso, com o aumento da produção dos conhecimentos humanos, tem ampliado a tendência de separação dos dois conceitos. Em princípio, a educação tem como base a preservação dos valores sociais e o desenvolvimento das relações humanas de convívio coletivo, já o ensino, modernamente, possui uma estrutura direcionada para a formação profissional do indivíduo na qual se vislumbram algumas perspectivas de desenvolvimento econômico. De qualquer forma, tanto a educação quanto o ensino são iniciativas essenciais para a manutenção de qualquer grupo social ou mesmo de uma nação, porém, não coincidentemente, ambos têm como foco principal as famílias.

A família é o primeiro agrupamento humano com o qual cada indivíduo interage quando nasce. A partir dessa estrutura, as demais organizações sociais se desenvolvem, inclusive com o claro princípio da unidade de comando. Além do acolhimento que todo agrupamento familiar proporciona a um novo indivíduo, a célula familiar é fundamental para a criação de um ambiente saudável e sustentável. Na Constituição brasileira, a família tem um destaque especial em um de seus artigos relacionados à Ordem Social:



**Artigo 226º: A família, base da sociedade,
tem especial proteção do Estado.**



Dessa forma, as famílias são reconhecidas como espaços sociais de manutenção da sobrevivência e de reprodução da vida. É nesses ambientes que se estabelecem relações de convivência, trocas de experiências e o aprendizado individual. Atualmente, há muitas discussões sobre os novos formatos familiares e o impacto das tecnologias nesse arranjo, entretanto a família ainda representa o eixo das organizações sociais e continua a ser o elo dos indivíduos com o ambiente coletivo.

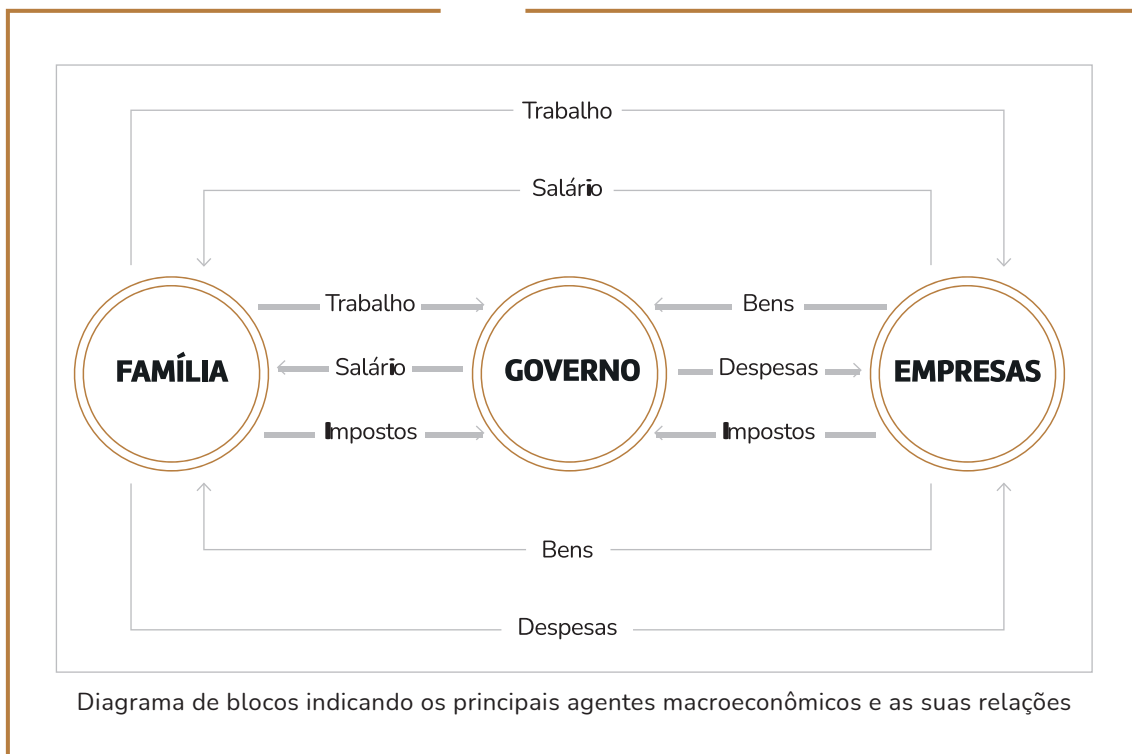




A FORÇA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS

Sob o aspecto macroeconômico, a família é considerada um dos principais agentes econômicos. Os membros familiares, as pessoas, são quem atua efetivamente no mercado. As principais funções desse grupo é satisfazer suas necessidades, promover a demanda e, ao mesmo tempo, fomentar a força de trabalho dos outros agentes econômicos: empresas e governos.

Diferentemente dos demais agentes, as famílias são em maior número, são mais dinâmicas, formam comunidades descentralizadas e possuem necessidades distintas, em virtude da sua grande diversidade cultural.



As empresas e os governos são os outros dois importantes agentes econômicos e, junto com as famílias, constroem as bases dos mercados locais e globais. Cada um desses agentes tem suas funções específicas, porém nenhum se desenvolve sozinho, ao mesmo tempo que, em razão das suas idiossincrasias, cada um busca a sua maximização e otimização. De forma objetiva, é possível considerar que os agentes econômicos, famílias-empresas-governos, comportam-se de forma autônoma, mas possuem relações de total interdependência.

Famílias-empresas-governos são os pilares fundamentais de qualquer estrutura social humana atualmente. Porém, as famílias, com as suas peculiaridades, merecem um grande destaque, pois são os seus indivíduos que criam os ambientes de convívio e de trocas. Fundamentalmente, são as pessoas que desenvolvem seus desejos e buscam formas diferentes para atender as suas necessidades, gerando as demandas. Portanto, ao se considerar essa perspectiva, a melhor maneira de se aperfeiçoar um sistema econômico é atuar junto às famílias de forma a desenvolver uma sinergia entre elas e os demais agentes econômicos.

Nesse contexto, a educação e o ensino são os principais mecanismos de ação sobre e das famílias. No imaginário familiar se acredita que é só por meio “dos estudos” que se atinge o desenvolvimento social e econômico. Entretanto, isso não acontece somente por meio da oferta de uma educação e um ensino de qualidade. O desenvolvimento econômico sustentável se faz, principalmente, a partir da geração de riquezas. Para isso, os ambientes de difusão e compartilhamento de conhecimentos, especificamente nas instituições de ensino superior, devem também promover uma constante interação entre os agentes econômicos e, primordialmente, motivar o surgimento de novas oportunidades de negócios. De uma forma objetiva, o ensino superior deve permitir às famílias converter as suas vocações em produtos e serviços com relevâncias sociais e mercadológicas.

Atualmente, apesar de existir um único sistema econômico global, os fundamentos ainda estão nos indivíduos, principalmente nas famílias. Porém, apesar de bem distribuídas, o raio de ação desse agente é pequeno e está muito ligado à sua comunidade. Para expandir a rede de trocas familiares, os governos, como agentes econômicos, devem fortalecer os sistemas de ensino superior comunitários de qualidade, e, assim, autonomamente, como pequenas nações, a difusão de conhecimento nas e entre as comunidades valorizará os seus ativos e provocará o desenvolvimento, orgânico, de trocas com outros arranjos produtivos ou segmentos mercadológicos regionais ou mesmo globais.







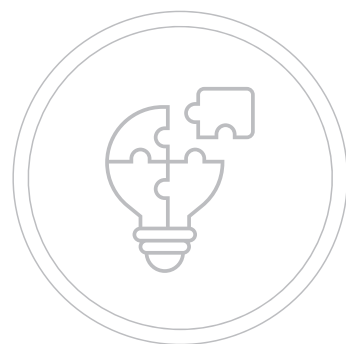
**IES
COMUNITÁRIA
COMO UM
CAPITAL SOCIAL
REGIONAL**



As Instituições de Ensino Superior Comunitárias têm processos simples para a sua criação, implantação e gestão. Elas nascem a partir de iniciativas regionais da sociedade e envolvem os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada. A sua constituição é organizada em etapas planejadas por comissões constituídas de representantes da própria comunidade, os quais são considerados os principais fatores relevantes para o desenvolvimento e a potencialização das vocações de uma determinada região.

O processo, como um todo, desde a sua concepção até a sua implantação, tem a participação de representantes do setor privado e do setor público das regiões e se torna um compromisso regional, com plena capilaridade nas localidades onde as IES estão inseridas. O Estado possui um dos papéis mais importantes como agente regulador e orientador do processo, pois oferece apoio e respalda o interesse estratégico de cada instituição comunitária.

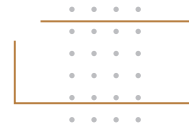
Esse processo, com características particulares, proporciona de fato a participação efetiva da sociedade na sua concepção, implantação e gestão, resultando no atendimento das prioridades manifestadas pelas demandas regionais, o que torna uma IES Comunitária uma instituição com capilaridade na sociedade e um capital social regional da comunidade.







**IMPACTO DAS
COMUNITÁRIAS
COM SEU ENSINO
VOCACIONADO**



A implantação de uma IES Comunitária envolvendo os poderes públicos regionais e a sociedade civil organizada proporciona a concepção de uma instituição de ensino superior com visão e missão vocacionadas e comprometidas com o perfil socioeconômico regional.

As IES Comunitárias são concebidas por um processo dinâmico que valoriza as características e as oportunidades locais, considera os desafios para o seu desenvolvimento e crescimento e também as vontades, as prioridades e as estratégias regionais.

Essas premissas e cenários são geradas e valorizadas nesse processo, de modo a refletir nos valores da comunidade e no seu planejamento de desenvolvimento institucional.

Na prática, as IES Comunitárias são eficazes em suas ações para o desenvolvimento da região, pois proporcionam uma formação de recursos humanos através de um processo formativo relacionado com as oportunidades regionais. Isso reflete em oportunidades reais para os seus formandos e contribui para a redução do êxodo de famílias em busca da formação superior para seus filhos.



Além da formação de recursos humanos, as características regionalizadas que a IES Comunitária tem em sua raiz e no seu compromisso permitem o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias dedicadas à sua região. Muitos setores e segmentos são diretamente




beneficiados pelos grupos de pesquisa e pelas políticas de pesquisa e de inovação vocacionadas das comunitárias. Os grupos de pesquisadores e a infraestrutura dedicados para a pesquisa e o desenvolvimento de uma IES Comunitária abordam temas de importâncias regionais, fato que reflete em parcerias eficientes com as empresas locais, bem como no surgimento de novas empresas nos mais diversos setores industriais, comerciais e de serviços.

As ações de extensão são outra atividade desenvolvida pelas instituições comunitárias. Por meio de serviços especializados voltados para a comunidade, as IES Comunitárias proporcionam retornos importantes para a sociedade. A sua natureza permite um diálogo intenso e permanente entre os seus gestores e professores e as prefeituras, empresas, hospitais, escolas e colégios, associações e cooperativas, entre outros. Essa íntima proximidade e relação permite que os projetos, as ações de extensão e os serviços especializados sejam todos concebidos para uma resposta direta às demandas sociais da sua região – projetos vocacionados que beneficiam a comunidade.

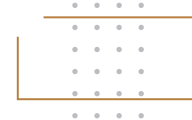
Essas ações também contribuem para a formação dos recursos humanos, com a graduação e a pós-graduação tratando com as realidades locais nas atividades curriculares. Os excelentes retornos para a sociedade com os projetos de extensão e os serviços especializados das IES Comunitárias devem-se, especialmente, à proximidade proporcionada pela sua natureza comunitária regional.







**A FINALIDADE
PÚBLICA DAS
INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR
COMUNITÁRIAS**



As Instituições Comunitárias de Ensino Superior são organizações que devem ser consideradas públicas-comunitárias. As suas finalidades, missões, compromissos e objetivos são similares às das instituições de ensino superior públicas-públicas, porém muito diferentes das instituições de ensino privadas.

As diferenças em relação às instituições de ensino superior privadas são importantes. As Instituições Comunitárias de Ensino Superior são criadas, estão comprometidas e são gestadas com processos orientados e fiscalizados pelos Ministérios Públicos estaduais e federal e com mecanismos que envolvem a participação efetiva e contínua da comunidade, com representantes da sociedade organizada.

O patrimônio de uma IES Comunitária é um capital público e não tem um proprietário, dessa forma, se dissolvido, o seu destino deverá ser discutido e aprovado por um conselho superior de administração (constituído por representantes da comunidade regional) em conjunto com o poder judiciário. O seu destino é normalmente previsto em um estatuto de criação, e o patrimônio é destinado para o poder público municipal da região onde a instituição está constituída.

Numa Instituição Comunitária de Ensino Superior não ocorre a divisão de lucros entre sócios, pois não há proprietários. Os seus resultados financeiros são totalmente investidos em ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação e serviços para a comunidade. Essas ações são planejadas e executadas anualmente com o objetivo de cumprir a sua missão com a comunidade, além disso, são previstas em orçamentos elaborados, aprovados pelos conselhos superiores de administração (composição pública) e validados pelo Ministério Público.

A composição dos Conselhos Superiores de Administração das Instituições Comunitárias de Ensino Superior tem representantes da sociedade organizada, e os seus procedimentos de gestão são planejados e acompanhados por esse Conselho, sendo validados e fiscalizados pelo Ministério Público, contribuindo com a segurança jurídica de todas as ações realizadas pelas IES



Comunitárias e com a prática orçamentária apenas nas suas atividades-fim – pesquisa, ensino, extensão, inovação e serviços especializados para a comunidade.

O seu crescimento, bem como a sua expansão são planejados para atender às demandas e às prioridades apresentadas pela comunidade e para contribuir com os governos na concepção e execução das políticas públicas. As metas estabelecidas para o seu crescimento/expansão estabelecem premissas de sustentabilidade, de manutenção de qualidade e de atendimento público à sociedade e não preveem ações para posicionamento em mercados financeiros, retornos com dividendos ou investimentos no setor privado.

As IES Comunitárias não operam em mercados financeiros, a exemplo de mercados de bolsas de valores ou similares, e não participam de investimentos que não agreguem à sua atividade-fim – atividades de pesquisa, ensino, extensão, inovação e serviços especializados para a comunidade.

Por serem sem fins lucrativos, por não terem proprietários e por estarem comprometidas com o atendimento da comunidade, o crescimento/expansão das IES Comunitárias sempre é planejado em concordância com as características das demandas regionais e públicas. Por não serem diretamente financiadas pelo Estado, para garantir a sua finalidade pública, adotam no seu modelo orçamentário uma composição com recursos financeiros captados por projetos junto a órgãos de fomento, com a prática de prestação de serviços especializados, com bolsas de estudo destinadas pelos governos estaduais e federal e com mensalidades.

Por sua atuação dedicada exclusivamente ao desenvolvimento da sociedade, por não terem fins lucrativos, por terem o seu patrimônio juridicamente público, por não terem proprietários para divisão de lucros, por não operarem em mercados financeiros de investimentos e por terem na sua composição a condição de sustentabilidade, as IES Comunitárias devem ser consideradas instituições públicas-comunitárias.





**COMUNITÁRIAS COMO
COMPLEMENTARIDADE
ÀS IES PÚBLICAS**

As Instituições Comunitárias de Ensino Superior têm nas suas concepções, nos seus mecanismos de gestão e nas suas ações objetivos similares aos das Instituições de Ensino Superior públicas-públicas (estaduais e federais). Complementam as atividades do sistema público de ensino superior com um diferencial importante – a sua origem, o seu planeamento e as suas ações têm características vocacionadas.



As IES Comunitárias se diferenciam das IES Federais e das IES Estaduais apenas pelo modelo da composição orçamentária e pelas responsabilidades jurídicas. Enquanto numa IES pública-pública os governos garantem os orçamentos de forma direta e assumem as responsabilidades jurídicas, numa IES Comunitária o seu orçamento é garantido com a captação dos recursos financeiros por mecanismos próprios, e as responsabilidades jurídicas são atribuídas aos Conselhos Superiores de Administração e fiscalizadas pelo Ministério Público das Fundações. Porém, as missões e ações, os modos de gestão e de curadoria e as formas e finalidades de investimentos financeiros são similares às IES Federais e Estaduais.



A composição orçamentária anual das IES Comunitárias tem como único objetivo a sua sustentabilidade, e não a divisão de lucros. Os recursos financeiros previstos são dedicados exclusivamente à manutenção da qualidade das IES Comunitárias – na infraestrutura, na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, nas políticas de recursos humanos e nas demais ações para a comunidade –, assim como das Instituições de Ensino Superior estaduais e federais.

Em comum com os modelos públicos, as IES Comunitárias são sempre criadas tendo a sociedade como o objetivo maior, e não a atividade econômica. As atividades econômicas das IES Comunitárias têm como único objetivo a sua manutenção, com sustentabilidade e com responsabilidade de manutenção das suas ações para a comunidade.

Uma característica importante e complementar ao modelo público é a criação e operação vocacionada de uma IES Comunitária. Esse diferencial potencializa o retorno direto e muito íntimo para uma comunidade e projeta o modelo de ensino superior comunitário como uma forma viável de atender e estender o ensino superior público de forma vocacionada por todo o território nacional, com eficiência, sustentabilidade e compromisso público-social, com sinergia com as IES Federais e Estaduais.

As missões e ações das Instituições Comunitárias de Ensino Superior sempre são dedicadas ao atendimento das demandas regionais da comunidade e, por isso, tornam as IES Comunitárias agentes eficientes nos processos de desenvolvimentos regionais junto às comunidades. Ainda, tornam as IES Comunitárias instituições vocacionadas e eficazes para contribuírem no desenvolvimento socioeconômico, na qualidade de vida da sociedade e no desenvolvimento humano e ambiental das regiões onde atuam.

Nesse contexto comunitário e de ensino superior, as IES Comunitárias são agentes que contribuem com as suas ações continuadas nas políticas públicas e do ensino superior em todas as regiões e áreas – saúde, educação, social aplicada e tecnológica. São agentes que atuam com sinergia com os governos municipais, estaduais e federal e com as instituições públicas-públicas de ensino superior (estaduais e federais) para concepção, planejamento, execução e consolidação de políticas públicas, com a única finalidade de melhorar a qualidade de vida da sociedade.







TECNOLOGIAS COMO RELEVÂNCIA ECONÔMICA



O constante desenvolvimento da tecnologia está por trás das conhecidas ondas econômicas. Segundo se propõe, a primeira onda permitiu ao homem deixar de ser nômade – foi a Onda Agrícola. Nesta, o domínio das técnicas de arado e seleção de semente permitiu a criação das grandes cidades. A segunda onda veio a partir da Revolução Industrial, quando o domínio do vapor e dos motores à combustão criou todo o conceito de indústrias que conhecemos hoje. A terceira onda, a Onda da Informação, promovida pelos avanços da eletricidade e eletrônica, está em curso e exige grande competência humana nas tecnologias de informação. Entretanto, uma quarta onda já começou e vai exigir ainda mais preparo e capacitação – é a Onda da Gestão do Conhecimento –, que será a base do rearranjo das formas atuais de sociedade, pois será construída sob aspectos ainda intangíveis dos critérios socioeconômicos atuais.

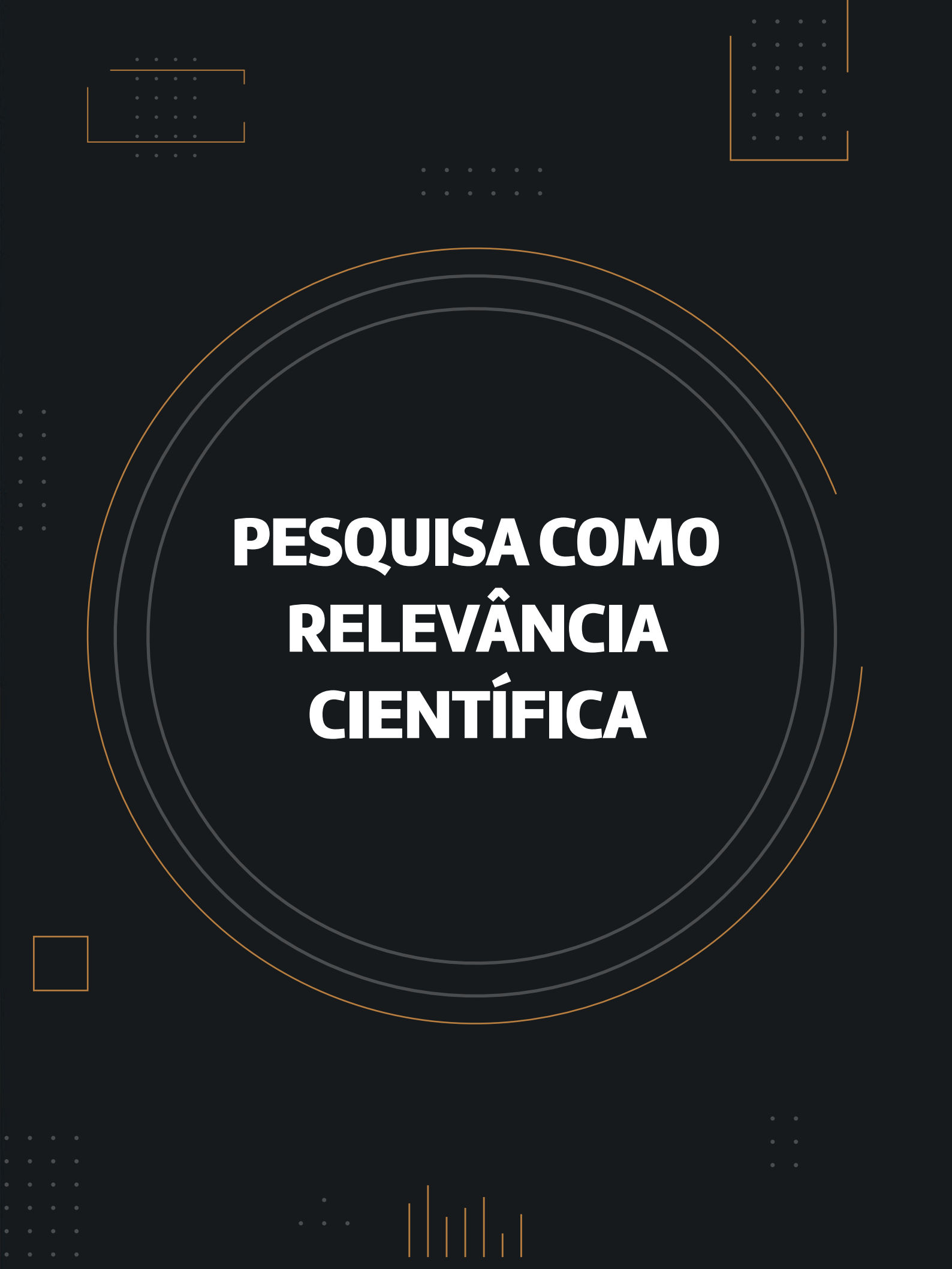
Portanto, é necessário desenvolver um novo olhar para os atuais cursos superiores, pois o poder e o controle sobre alguns conhecimentos podem representar importantes mudanças geopolíticas nacionais e internacionais nos próximos anos.

Com o advento das redes de computadores e, mais recentemente, das redes sociais, presenciamos uma mudança global de comportamento e de interesses sociais. Empresas estão deixando de existir, enquanto outras estão surgindo, em uma espécie de turbilhão de acontecimentos, os quais parecem totalmente caóticos sob a perspectiva dos “surfistas” das ondas anteriores. Porém, uma nova onda está surgindo e com ela também novas oportunidades, pois, como dizem os especialistas: “o mercado mata as empresas, mas não elimina os negócios.”

As ondas econômicas estão intimamente associadas às tecnologias disponíveis de uma época. Ao longo da história a humanidade viveu a Idade da Pedra, a Idade do Bronze e a Idade do Ferro (Aço), e agora se pode afirmar que está na Idade do Plástico (Polímeros). A questão central, entretanto, não é identificar o potencial de algum dos recursos disponíveis, mas desenvolver as tecnologias capazes de transformá-los e agregar valor a isso.

Atualmente, há uma gigantesca produção de dados e informações, mas somente por meio da transformação disso tudo em conhecimentos é possível obter algum benefício socioeconômico. Dessa forma, a presença de instituições de ensino superior próximo às comunidades é a melhor estratégia para promover a conversão das informações em conhecimentos e possibilitar o desenvolvimento de tecnologias aplicadas. Portanto, para gerar riquezas a partir do desenvolvimento de tecnologias, é necessária a manutenção de uma estrutura de formação e difusão de conhecimento distribuída e acessível às famílias, como o Sistema de Ensino Acafe.





**PESQUISA COMO
RELEVÂNCIA
CIENTÍFICA**

INVESTIMENTOS EM PESQUISA

As atividades de pesquisas e de inovações têm sido realizadas com excelência pelas IES Comunitárias durante décadas e estão comprometidas com a missão de cada instituição. As atividades de pesquisa são planejadas com ações científicas e com ações de pesquisas aplicadas, estruturadas, dedicadas e financiadas com recursos subsidiados captados por projetos junto a órgãos de fomentos e com recursos próprios. Essas ações são dedicadas à produção de conhecimentos científicos e aplicadas para o desenvolvimento regional. No ano de 2020, as IES Comunitárias do Sistema Acafe investiram o montante de R\$ 68,3 milhões dos seus recursos próprios para atividades de pesquisa, além de captarem R\$ 86,7 milhões com os seus pesquisadores.

Por terem uma visão da importância da pesquisa quando dedicada a temas importantes para a sociedade regional, as IES Comunitárias têm consolidado programas próprios de bolsas de estudo e de incentivos aos alunos da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, além de inúmeros incentivos para os seus docentes pesquisadores, tanto para a execução dos projetos de pesquisa quanto para a qualificação docente no campo da pesquisa. Esse fator tem motivado muitos pesquisadores a implantar as suas linhas de pesquisa alinhadas com as vocações e necessidades regionais, o que tem proporcionado resultados importantes e aplicação real local.

Nas IES Comunitárias da Acafe, 1.989 professores pesquisadores e 1.793 alunos de graduação, mestrado e doutorado recebem subsídios com recursos próprios das IES para o desenvolvimento de atividades de pesquisas e de inovação. Os recursos dedicados a esses alunos e professores são da própria IES e são empregados na forma de bolsas de recursos próprios, salários, investimentos e insumos, em infraestrutura e para a realização e participação de eventos científicos. Os recursos dedicados a essa finalidade são considerados investimentos na pesquisa e na inovação e tratados como finalidade pública pelas IES.



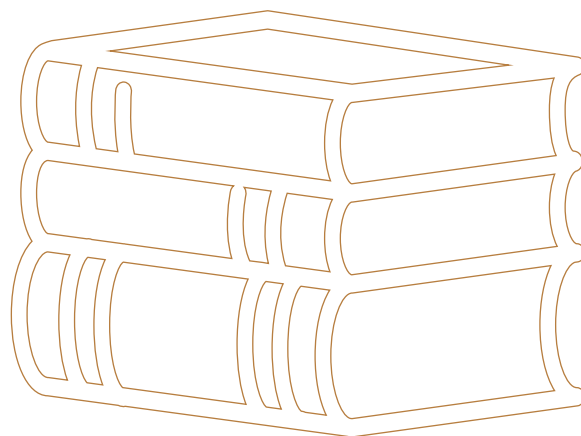
OS MESTRADOS E OS DOUTORADOS

Por não terem fins lucrativos e estarem comprometidas com as comunidades regionais, as IES Comunitárias dedicam uma fração importante e significativa dos seus orçamentos para as atividades de pesquisa, com o objetivo de contribuir com a alta qualidade do ensino dos seus cursos de graduação e, também, para a formação com qualidade de mestres e doutores, para o desenvolvimento empresarial e para o planejamento e execução de políticas públicas. Esses recursos são expressivos e são previstos anualmente dos seus resultados financeiros, uma vez que não há a prática da divisão de lucros nas Comunitárias.

A cultura da pesquisa e da inovação no sistema Acafe tem permitido a implantação de muitos programas de mestrados e doutorados nas modalidades acadêmica e profissional e nas mais diversas áreas da Capes. Os programas de pós-graduação stricto sensu das IES Comunitárias têm contribuído para a consolidação de políticas de formação de recursos humanos especializados de alto nível, fundamentais para a prática da inovação local, para o planejamento e execução das políticas públicas e para o desenvolvimento socioeconômico das regiões das suas atuações.

As IES Comunitárias oferecem e mantêm 95 programas de mestrado, com a oferta de 2.662 vagas, e 40 programas de doutorado, com a oferta de 760 vagas. Todos os programas de mestrado e doutorado são recomendados pela Capes, por seguirem os rigorosos documentos de áreas e as suas exigências de qualificação de projeto, de docentes e de infraestrutura. Atuam nos programas de mestrado e doutorado 1.322 professores pesquisadores, todos mantidos pelas IES e capacitados para a captação de recursos subsidiados, para o desenvolvimento de inovação com o setor público e o setor privado e para a orientação com elevada qualidade de alunos de mestrado e de doutorado.

Como resultados expressivos, as IES Comunitárias integradas pela Acafe já formaram 13.939 mestres e 1.985 doutores. A grande maioria dos profissionais formados em nível de mestrado e doutorado atua nas regiões onde as IES se localizam e vêm contribuindo para o desenvolvimento das suas regiões com a formação qualificada em nível de pós-graduação nas modalidades acadêmica e profissional.



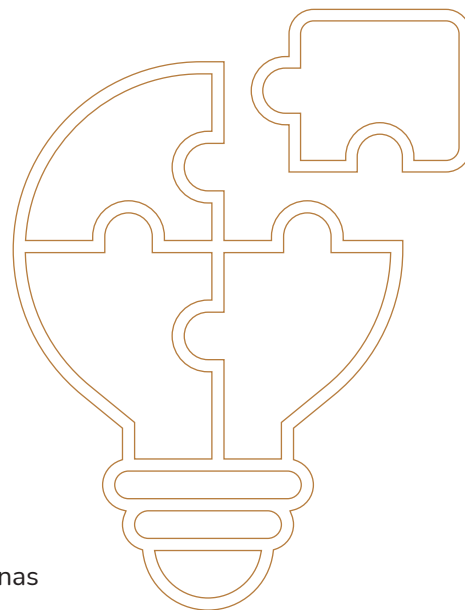
INVESTIMENTOS NA INOVAÇÃO

O avanço da qualidade da pesquisa e das ações de inovação das IES Comunitárias é notório e crescente. Um dos destaques ocorre na pesquisa aplicada, considerando que os pesquisadores interagem com os setores público e privado para a definição dos temas das suas pesquisas. Essa prática se assemelha muito com a forma e a estrutura de pesquisas realizadas em países desenvolvidos, como Alemanha, Estados Unidos e Japão.

Os projetos de pesquisa associados com a inovação são realizados nas IES Comunitárias com eficiência. Muitos projetos são realizados diretamente com o setor público e o setor privado da região, com demandas espontâneas de ambos. A conversão de uma demanda em oportunidade de um determinado setor em um tema de pesquisa é atraente e eficaz para o desenvolvimento regional, considerando que as IES Comunitárias têm mecanismos seguros e ágeis para lidar com as questões de sigilo, proteção intelectual e transferência de tecnologia.

Todo esse ambiente de pesquisa e de inovação conquistado, construído e disponibilizado pelas IES Comunitárias tem proporcionado e viabilizado projetos de pesquisa e de inovação importantes para os desenvolvimentos regionais, em especial nas regiões onde as redes de instituições comunitárias já estão consolidadas. Os pesquisadores têm captado recursos subsidiados para as regiões que são convertidos em ações de inovação e de criação de novas empresas nas incubadoras das IES Comunitárias e para o registro INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) de 91 patentes de inovação. Esses resultados são de extrema importância para a diversificação econômica das regiões do estado, para a geração de empreendedores e de novos empregos e para a disseminação da cultura de empreender com inovação.

Como exemplo de resultados importantes das pesquisas e das ações de inovação e do comprometimento do desenvolvimento socioeconômico das regiões e do Estado de Santa Catarina, as IES Comunitárias integradas na Acafe já incubaram e têm em suas incubadoras 473 empresas. Essas empresas recebem apoio direto e especializado dos pesquisadores e das estruturas de apoio de inovação e de negócios das IES, com os seus escritórios e agências especializadas e com os seus parques científicos e tecnológicos. As IES Comunitárias de Santa Catarina contribuíram na história de concepção e implantação dos Centros de Inovação de Santa Catarina e são agentes atuantes em todos os 15 Centros de Inovação distribuídos no Estado, com os seus pesquisadores, infraestrutura e disponibilidade de gestão.



IMPACTOS DAS PESQUISAS NA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

Os programas de mestrado e doutorado têm viabilizado a fixação de pesquisadores docentes das IES Comunitárias nas regiões e também a qualificação dos cursos de graduação.

Nos cursos de graduação das IES Comunitárias atuam muitos doutores pesquisadores; 1.465 professores doutores atuam nos cursos de graduação, dos quais 1.322 fazem parte, também, do quadro de pesquisadores dos programas de mestrado e doutorado. Esses doutores são atuantes no ensino de disciplinas, em orientações de trabalhos de conclusão de cursos e de estágios e em projetos de iniciação científica.

Essa característica qualifica de forma diferenciada o ensino de formação superior das IES Comunitárias e corrobora a entrega de um profissional de elevada qualidade para a sociedade. Vale ressaltar que, além dos professores doutores nas IES Comunitárias, muitos professores com titulação de mestre ou cursando doutorado são atuantes nas matrizes curriculares dos seus cursos de graduação. Esse comprometimento com a qualidade do ensino superior reflete em políticas internas de cada IES para o incentivo da formação continuada dos seus docentes, primando sempre pela máxima titulação e experiência.

Os resultados obtidos pelas IES Comunitárias, com os seus compromissos comunitários com as ações de pesquisa e de inovação para o Estado de Santa Catarina, são vocacionados, regionalizados e significativos. Em 2020, foram realizados 3.501 projetos de iniciação científica envolvendo alunos de graduação. Nesses projetos, além dos recursos financeiros importantes aportados por órgãos governamentais, como programas do CNPq, Capes e Uniedu, as IES Comunitárias aportaram recursos próprios para viabilizar e manter a infraestrutura necessária para os custos com salários dos professores pesquisadores orientadores, para cada projeto e para o custeio de insumos para os projetos.



PESQUISA COM RELEVÂNCIA CIENTÍFICA

Ações e Investimentos Relacionados à Extensão e Serviços Especializados para a Comunidade das IES Comunitárias Integradas na Acafe

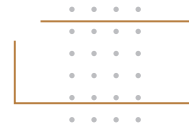








AS AÇÕES SOCIAIS DAS IES COMUNITÁRIAS



Nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior, as atividades de extensão e os serviços especializados oferecidos para a comunidade são muito bem estruturados e têm grande importância para a sociedade regional e para a consolidação das suas missões. No ano de 2020, as IES Comunitárias integradas ao Sistema Acafe investiram do seu orçamento próprio o montante de R\$ 48,7 milhões em ações de extensão e de serviços especializados no Estado de Santa Catarina, distribuídos regionalmente de acordo com o local de atuação de cada instituição.

Muitos projetos e programas de extensão são realizados com os recursos próprios das IES, previstos nos seus orçamentos e dedicados às diversas áreas de atuação das instituições. Em 2020, o total de 1.160 programas e projetos de extensão foi executado pelas IES Comunitárias integradas na Acafe, com a participação dos seus professores e alunos e também da comunidade. Esses programas foram concebidos de acordo com as políticas de extensão das instituições e a partir de amplos diálogos com as comunidades locais, com o objetivo de proporcionar retornos relevantes para a população.

Nesses programas de extensão, muitos serviços especializados e fundamentais para a qualidade de vida e a garantia da cidadania das populações regionais são dedicados e realizados para as comunidades. Cada IES organiza a sua infraestrutura, o seu quadro de técnicos administrativos e professores especialistas e os seus alunos para prestarem atendimentos em diversas áreas. Em 2020, aproximadamente 400 mil atendimentos foram realizados gratuitamente à comunidade catarinense, sendo 24.394 atendimentos nas suas clínicas odontológicas, 76.841 atendimentos em suas clínicas médicas, 17.742 atendimentos em suas clínicas de psicologia e psiquiatria, 55.423 atendimentos em suas clínicas de reabilitação fisioterapêutica, 163.567 atendimentos dedicados a escolas, estudantes



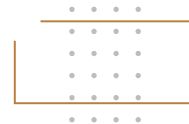
e professores dos ensinos fundamental e médio, 18.013 atendimentos de apoio e suporte jurídico à comunidade e 42.270 atendimentos relacionados à área tecnológica.

As IES Comunitárias também têm realizado diversos projetos de extensão e serviços especializados importantes, com atendimentos às pessoas e às empresas, para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural e para a qualidade de vida das famílias e empresas da sua região de atuação. Todas essas ações estão alinhadas e planejadas para contribuir com a consolidação das políticas públicas estadual e municipais, cujo alinhamento é um comprometimento das IES Comunitárias integradas à Acafe.



A atuação das IES Comunitárias catarinenses, em parceria com as políticas e ações de gestão públicas das suas regiões de atuação, tem sido eficaz, eficiente e importante para o desenvolvimento dos municípios. Já foram realizados 1.484 projetos em parceria direta com instituições públicas, com o envolvimento de milhares dos seus alunos e professores. Esses projetos possuem naturezas distintas e são sempre planejados em conjunto com os agentes públicos e dedicados às reais necessidades das instituições públicas, de modo a tornar as IES Comunitárias um ente parceiro dos governos municipais e estaduais na efetivação das políticas públicas com qualidade. A exemplo, nos últimos cinco anos as Instituições Comunitárias de Ensino Superior integradas na Acafe realizaram 930 projetos e serviços especializados dedicados à área ambiental, em apoio às políticas públicas ambientais para a qualidade do meio ambiente.

Um dos fatores diferenciais e de extrema relevância para as reflexões e os planejamentos das políticas públicas e empresariais dos municípios e do Estado de Santa Catarina é a participação efetiva das IES Comunitárias integradas na Acafe em conselhos e colegiados similares organizados pelas instituições públicas e pela sociedade. Nos últimos cinco anos as IES participaram com representação efetiva de 1.033 comitês, comissões e conselhos de



entidades públicas ou privadas, de âmbito municipal e/ou estadual. Essa atitude reflete a importância e o compromisso dado e estabelecido pelas IES Comunitárias da Acafe para com as políticas e as ações públicas e privadas estabelecidas e executadas pelas comunidades catarinenses, bem como as suas participações como agentes comunitários para as suas efetivações.

As IES Comunitárias têm o quadro de docentes, os cursos de graduação, mestrado e doutorado e a infraestrutura adequados às vocações regionais. Toda essa estrutura é ampliada e qualificada com agilidade e de acordo com as realidades regionais; com isso, é dedicada também a projetos de extensão e serviços especializados à comunidade, que são oferecidos com excelência. Para viabilizar as atividades de extensão e os serviços especializados à comunidade, as IES dedicam um montante expressivo de recursos econômicos e financeiros próprios e se mantêm com as suas políticas comprometidas com a qualidade e com a realidade social e regional das comunidades catarinenses. O contingente de alunos e professores envolvidos é grande e de alta qualidade, a exemplo dos 1.791 professores especializados e dos 2.735 alunos de graduação, mestrado e doutorado que foram envolvidos no ano de 2020 em ações de extensão e de serviços especializados à comunidade.

Esse amplo contexto, com ações de extensão e com serviços especializados às comunidades catarinenses, reflete na grande eficiência e importância da atuação das IES Comunitárias integradas na Acafe junto à sociedade de Santa Catarina. Trata-se de uma relação intensa e muito próxima com as comunidades regionais que as conceberam e constituíram para esse fim. Por isso, a sociedade catarinense busca, intensa e rotineiramente, as IES Comunitárias da Acafe, por conviver e se identificar naturalmente com as instituições no seu dia a dia. Reconhece as IES Comunitárias da Acafe como um capital social da comunidade e da região, um patrimônio regional.



AS AÇÕES SOCIAIS DAS IES COMUNITÁRIAS

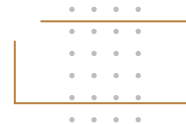
Ações e Investimentos Relacionados à Extensão e Serviços Especializados para a Comunidade das IES Comunitárias Integradas na Acafe.







**UMA LEGISLAÇÃO
COM OS IDEAIS
COMUNITÁRIOS**



Em 1989, educadores de Santa Catarina, entendendo a importância do ensino superior comunitário e público para o Estado, submeteram uma proposta de emenda constitucional visando à criação de um programa de bolsas de estudo aos estudantes catarinenses. No primeiro momento, alguns pensavam que o objetivo era apenas evitar a migração dos jovens para os grandes centros, mas, para os políticos visionários e o governo, estava evidente a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento estadual integrado, iniciada com a primeira iniciativa comunitária em 1959.

Após a promulgação da Constituição do Estado, com a inclusão dos Artigos 170 e 171, algumas regulamentações ainda se fizeram necessárias. A primeira foi o entendimento legal de que as instituições oriundas do “poder público” e criadas por promulgação de lei podem receber recursos públicos. Assim, a Lei Estadual nº 281, de 2005, regulamentou o Art. 170 e consolidou, no seu Artigo 1º, que: “90% dos recursos de assistência financeira estadual deveria ser destinado às Fundações Educacionais de Ensino Superior.” Desde então, estudantes do interior do Estado têm a possibilidade de acesso a uma formação de qualidade e ao conhecimento superior em suas próprias regiões, através das 15 instituições comunitárias da Acafe distribuídas no Estado.

Para manter as conquistas dos estudantes catarinenses e continuar aperfeiçoando o sistema de educação pública de Santa Catarina, em fevereiro de 2020, o governo estadual, mais uma vez, demonstrou o seu compromisso com o desenvolvimento do Estado. O governador publicou o Decreto nº 470, que institui o Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu), consolidando, em seus objetivos, o verdadeiro espírito daqueles que idealizaram o modelo de ensino superior comunitário americano e também catarinense:

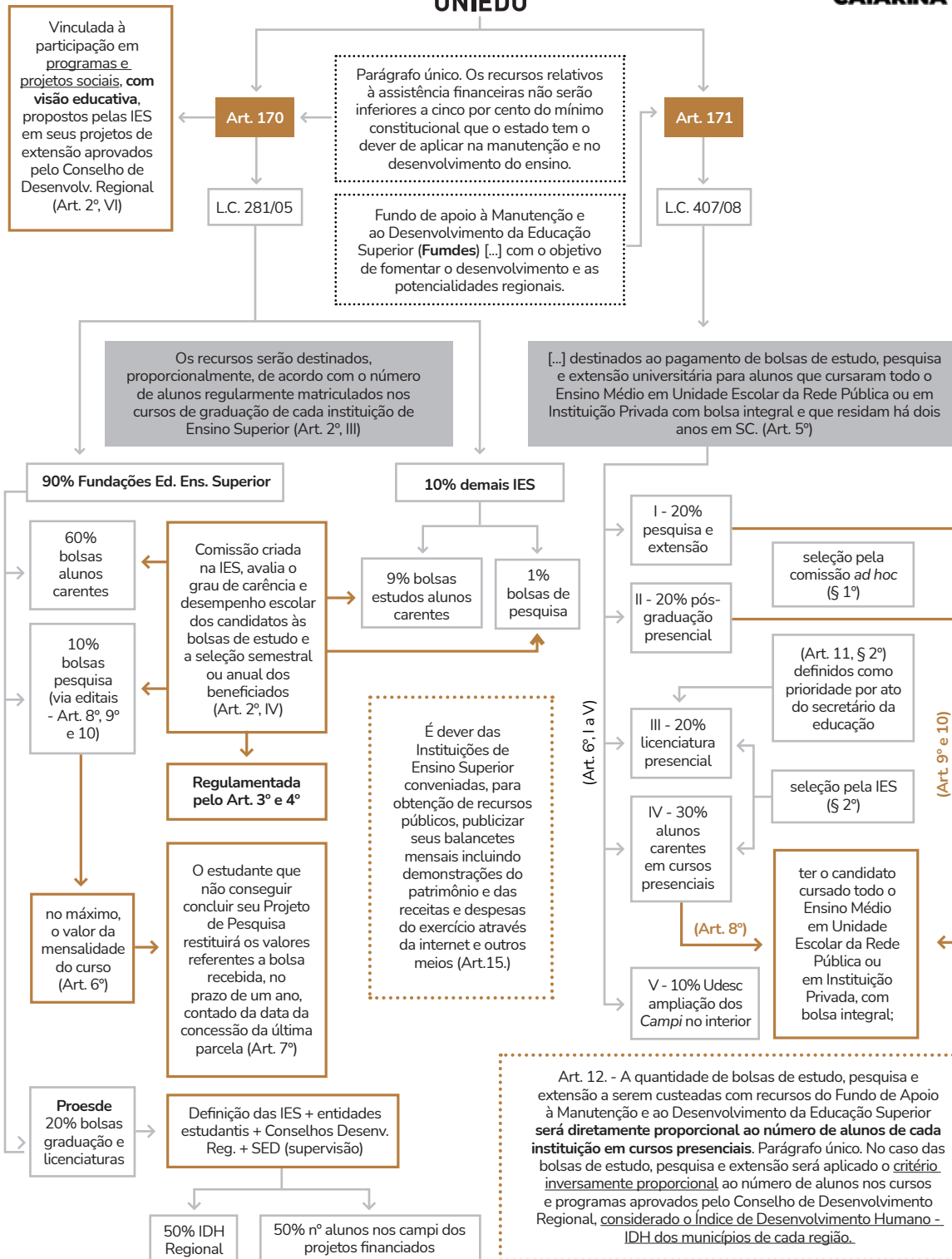
§ 1º São objetivos do UNIEDU:

- I. estimular o acesso e a permanência no ensino superior; e
- II. fomentar o desenvolvimento e as potencialidades regionais, por meio da produção e difusão do conhecimento e da formação de recursos humanos.

A partir dessa nova fase de fomento de bolsas e de manutenção do ensino superior, o Estado de Santa Catarina destaca o valor de suas instituições comunitárias e reconhece o seu papel estratégico para o desenvolvimento estadual.



MAPA VISUAL DO PROGRAMA UNIEDU – 2020

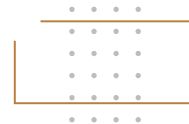


Fonte: site da Secretaria de Estado da Educação.





**COMUNITÁRIAS
E UNIEDU: UMA
ESTRATÉGIA
SOCIAL, POLÍTICA
E ECONÔMICA**



Como se sabe, os agentes macroeconômicos famílias-empresas-governos estão interligados, mas são interdependentes. Dessa forma, os objetivos de cada um deles é o mesmo: otimizar suas despesas e maximizar seus ganhos. Esses objetivos, durante muito tempo, orientaram as estratégias dos governos, transformando o índice econômico do Produto Interno Bruto (PIB), a única referência para indicar e comparar o nível de desenvolvimento entre as nações. Porém, a partir de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), definiu e implementou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um novo indicador para classificar o grau de desenvolvimento dos países.

Atualmente, o Índice contempla inúmeros critérios sociais e econômicos classificados e agrupados em três grandes índices: educação, renda e saúde (longevidade). A partir da ponderação desses índices o PNUD classifica os países dentro de um faixa de valores globais de IDH entre 0 e 1, seguindo os seguintes critérios:



O Brasil, atualmente, ocupa o 79º lugar no IDH global, com índice geral de 0,759. Internamente, esse índice é ponderado entre os estados, e ficam em destaque o Distrito Federal, com 0,850, São Paulo, com 0,826, e Santa Catarina, com 0,808. Além disso, o

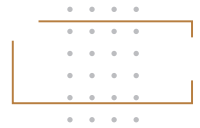
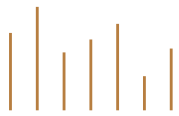


Estado catarinense apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) acima do IDH global do próprio Brasil e conta com 22 municípios entre os 100 melhores colocados no IDHM nacional.

Nessa perspectiva, do IDHM fica evidenciado que alguma variável está impactando os excelentes índices de Santa Catarina, pois, economicamente, o Estado ocupa a 6ª posição entre os PIBs brasileiros. Portanto, para justificar como os catarinenses aproveitam melhor seus recursos e otimizam as suas riquezas, é possível atribuir boa parte disso ao seu sistema de ensino superior comunitário distribuído. É de consenso, desde o início da civilização, que o acesso aos conhecimentos é um dos mais importantes fatores para o sucesso socioeconômico de uma nação; dessa forma, a exemplo dos Estados Unidos da América, o Estado de Santa Catarina promove um desenvolvimento econômico e social homogêneo em todo seu território, pois, por meio de um sistema de ensino superior comunitário capilarizado e vocacionado, além de fixar as famílias à sua terra, valoriza os recursos locais e potencializa toda a lógica socioeconômica dos Arranjos Produtivo Locais (APL). Complementarmente, por meio das bolsas Uniedu, o governo catarinense oferece uma igualdade de oportunidade a todos os seus cidadãos.

O modelo de ensino superior comunitário de Santa Catarina é genuíno em seu arranjo, mas o seu espírito, de alguma forma, está ligado aos ideais comunitários dos primeiros colleges criados pelos colonizadores norte-americanos. De algum modo isso também se reflete na similaridade de desenvolvimentos socioeconômicos regionais homogêneos, em uma boa variedade de setores produtivos estaduais e, principalmente, na preservação das diferentes expressões culturais de cada região. Portanto, desde as primeiras iniciativas de criação das IES Comunitárias, na década de 1960, esse modelo sempre contribuiu para o bem-estar do povo catarinense e pode ser considerado um patrimônio estadual e, por que não, uma referência nacional.





A ACAFE EM SANTA CATARINA







comunitarias.org.br

